



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DA DEPUTADA ADRIANA VENTURA – NOVO/SP

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 4.902, DE 2019

Altera a Lei 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, a Lei 13.140, de 26 de junho de 2015, a Lei 13.300, de 23 de junho de 2016, e a Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

Autor: Deputado GILSON MARQUES

Relatora: Deputada ADRIANA VENTURA

I - RELATÓRIO

A proposição em tela visa a alterar diversos artigos do novo Código de Processo Civil.

Conforme a justificação, após a publicação do novo CPC, sobrevieram diversas leis que alteraram, também, o Direito Processual Civil, como a Lei da Mediação, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei do Mandado de Injunção, a Lei da Regularização Fundiária e a Reforma Trabalhista. Essas leis posteriores nem sempre dialogam com o novo CPC – muitas delas foram fruto de projetos de lei iniciados ao tempo do CPC-1973. É preciso, então, corrigir as desarmonias legislativas entre o CPC e a Legislação extravagante. Além disso, há alguns poucos erros de redação em artigos do CPC que passaram despercebidos no processo legislativo. A sua correção também se impõe, como forma de preservar a integridade deste monumento legislativo brasileiro – o CPC de 2015. Assim, este projeto de lei, sem trazer grandes mudanças, pretende apenas preservar a integridade e a coerência do





CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DA DEPUTADA ADRIANA VENTURA – NOVO/SP

Direito Processual Civil brasileiro, reestabelecendo o diálogo entre todas as suas fontes.

O projeto altera, ainda, um dispositivo da lei que dispõe sobre a mediação entre particulares, um dispositivo da lei que disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e, finalmente, revoga dispositivos do Código de Processo Civil e do Código Civil.

Cuida-se de apreciação conclusiva desta Comissão.

Esgotado o prazo regimental, foi apresentada uma emenda ao projeto, do Deputado Eli Corrêa Filho, alterando dispositivos do Código de Processo Civil. Segundo o Autor da emenda, a modificação do art. 3º se faz necessária para adequação e inserção dos Notários e Registradores, que já constam em regramentos infra legais a exemplo dos Provimentos 67 e 72 e recomendação 28 do CNJ, aptos a praticarem procedimentos de mediação e conciliação, que culminará com a redução de processos judiciais, bem como trará maior celeridades aos litígios, deixando de demandar intervenção judicial. Já a modificação proposta aos arts. 149, 154, 167, 254 e 269 visa facilitar, desburocratizar, agilizar e diminuir custos para máquina estatal, bem como implementar o crescente processo de desjudicialização com o cumprimento de Citações, Intimações, Mandados, Entrega de Ofício, facultativamente a pedido dos Juízos dos Tribunais de Justiça.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

A proposição em tela atende ao pressuposto de constitucionalidade, sendo competência legislativa da União e atribuição do Congresso Nacional legislar sobre direito processual, legítima a iniciativa parlamentar e adequada a elaboração de lei ordinária.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DA DEPUTADA ADRIANA VENTURA – NOVO/SP

A juridicidade acha-se preservada, porquanto o projeto observa os princípios gerais de Direito previstos explícita ou implicitamente na Constituição Federal.

No que concerne à técnica legislativa, faz-se necessário adequá-la ao que dispõe o art. 12, III, d, da Lei Complementar nº 95/98:

“é admissível a reordenação interna das unidades em que se desdobra o artigo, identificando-se o artigo assim modificado por alteração de redação, supressão ou acréscimo com as letras ‘NR’ maiúsculas, entre parênteses, uma única vez ao seu final, obedecidas, quando for o caso, as prescrições da alínea “c”. “

Além disso, é necessário realizar as seguintes correções de técnica legislativa:

1. inclusão de linha pontilhada após o § 1º do art. 304, alterado pelo art. 2º do Projeto;
2. readequação dos §§ 2º e 3º do art. 791, alterados pelo art. 2º do PL, transformando-os em 1º-A e 1º-B, respectivamente, para manter o atual §2º com a numeração vigente;
3. readequação do inciso II do § 3º do art. 1.035, alterado pelo art. 2º do PL, transformando-o em inciso IV;
4. inclusão dos incisos IV a XI, do caput do art. 799, e dos incisos I a VIII, do caput do art. 889 no art. 5º do PL, que trata da cláusula de revogação.

Passa-se ao mérito.

Durante a elaboração legislativa, principalmente quando existe um projeto de maior envergadura em tramitação, como foi o caso do novo Código de Processo Civil - CPC, convertido na Lei nº 13.105/2015, é comum



* C D 2 1 6 0 1 2 4 6 5 9 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DA DEPUTADA ADRIANA VENTURA – NOVO/SP

observarmos discrepâncias entre os textos legais, haja vista que cada proposição tramita a seu modo e tempo.

Por isso, vem em boa hora este projeto de lei, na medida em que se propõe a tornar harmônica, mais do que simplesmente o CPC, toda a legislação processual civil, e, também, por via transversa, o diálogo da lei processual com a lei civil.

Neste diapasão se incluem o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a lei sobre o direito de laje, a lei que dispõe sobre a mediação entre particulares, a lei do mandado de injunção, a lei da regularização fundiária, e, também, a reforma trabalhista, na sua parte processual.

Assim, é digna de encômios a presente proposição, que revela um trabalho de fôlego do seu ilustre Autor.

No que tange à emenda apresentada nesta Comissão pelo nobre Deputado Eli Corrêa Filho, parece-nos, pedindo todas as vênias ao seu Autor, que se afasta do escopo original da proposição principal, pelo que deveria, inclusive pela relevância da matéria nela tratada (atribuições dos notários e registradores dentro do processo civil), constituir projeto de lei autônomo, para melhor discussão no âmbito desta Comissão.

Em face de todo o exposto, votamos:

- pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa (com emendas) e, no mérito, pela aprovação do PL 4.902, de 2019;
- pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição da Emenda nº 01/2019 apresentada ao PL 4.902, de 2019.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputada ADRIANA VENTURA
Relatora



* C D B 2 1 6 0 1 2 4 6 5 9 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DA DEPUTADA ADRIANA VENTURA – NOVO/SP

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 4.902, DE 2019

Altera a Lei 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, a Lei 13.140, de 26 de junho de 2015, a Lei 13.300, de 23 de junho de 2016, e a Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

EMENDA Nº 01

Identifiquem-se os seguintes dispositivos legais alterados pelo projeto com as letras 'NR' maiúsculas, entre parênteses, uma única vez ao seu final:

- arts. 166, 537, 747, 804, 819, 889, 937 e 1.037, alterados pelo art. 2º do PL 4.902, de 2019;

- art. 28 da Lei 13.140, de 26 de junho de 2015, alterado pelo art. 3º do PL 4.902, de 2019; e

- art. 6º da Lei n. 13.300, de 23 de junho de 2016, alterado pelo art. 4º do PL 4.902, de 2019.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputada ADRIANA VENTURA
Relatora





CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DA DEPUTADA ADRIANA VENTURA – NOVO/SP

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 4.902, DE 2019

Altera a Lei 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, a Lei 13.140, de 26 de junho de 2015, a Lei 13.300, de 23 de junho de 2016, e a Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

EMENDA Nº 02

Inclua-se linha pontilhada após o § 1º do art. 304, alterado pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 4.902/2019.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputada ADRIANA VENTURA
Relatora





CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DA DEPUTADA ADRIANA VENTURA – NOVO/SP

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 4.902, DE 2019

Altera a Lei 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, a Lei 13.140, de 26 de junho de 2015, a Lei 13.300, de 23 de junho de 2016, e a Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

EMENDA Nº 03

Transforme-se os §§ 2º e 3º do art. 791, alterados pelo art. 2º do PL 4.902/2019, em 1º-A e 1º-B, respectivamente, mantendo o atual §2º com a numeração vigente.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputada ADRIANA VENTURA
Relatora





CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DA DEPUTADA ADRIANA VENTURA – NOVO/SP

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 4.902, DE 2019

Altera a Lei 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, a Lei 13.140, de 26 de junho de 2015, a Lei 13.300, de 23 de junho de 2016, e a Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

EMENDA Nº 04

Transforme-se o inciso II do § 3º do art. 1.035, alterado pelo art. 2º do PL 4.902/2019, em inciso IV.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputada ADRIANA VENTURA
Relatora





CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DA DEPUTADA ADRIANA VENTURA – NOVO/SP

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 4.902, DE 2019

Altera a Lei 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, a Lei 13.140, de 26 de junho de 2015, a Lei 13.300, de 23 de junho de 2016, e a Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

EMENDA Nº 05

Acrescentem-se os incisos II e III ao art. 5º do PL 4.902/2019, renumerando-se o dispositivo seguinte para inciso IV:

“Art. 5º.....

II – os incisos IV a XI, do caput do art. 799 da Lei n. 13.105, de 16 de janeiro de 2015 (Código de Processo Civil);

III - os incisos I a VIII, do caput do art. 889 da Lei n. 13.105, de 16 de janeiro de 2015 (Código de Processo Civil);

IV – o parágrafo único do art. 227 da Lei n. 10.406, de 11 de janeiro de 2002 (Código Civil).”

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputada ADRIANA VENTURA
Relatora

